



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11461 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 24 - Arte, educação e linguagens

LETRAMENTO(S) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Gisele Silva Gomes - UFOPA

Luiz Percival Leme Britto - OUTRAS

Tiago Aquino Silva de Santana - UFOPA

LETRAMENTO(S) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

1. O PROBLEMA E METODOLOGIA

Esta pesquisa em andamento refere-se aos estudos que estão sendo realizados no âmbito do Mestrado em Educação. Através dela está se buscando compreender nuances e perspectivas que atravessam o conceito de letramento e suas possíveis influências para a educação escolar.

O conceito, considerado como um neologismo na língua portuguesa é uma transladação dos estudos em língua inglesa sobre *literacy*, posto na produção acadêmica nacional em 1986, por meio do livro *No mundo da escrita* de Mary Kato. Apesar de não ser conceituado na menção de Kato, letramento passou a ser considerado inicialmente como aprendizagem dos usos da língua escrita na e pela sociedade, interligado as demandas sociais imediatas daquele período e aparentemente vem se renovando para que seja possível inserir em seus desdobramentos conceituais as demandas atuais que possuem relação com as múltiplas formas de se fazer, ler e escrever na sociedade.

A problemática que se pretende discutir neste momento está relacionada à associação e aos possíveis impactos do conceito de letramento para a educação escolar, considerando aspectos como: a contextualização do cenário na época de incorporação do conceito; associação e o entrelaçamento de letramento com o conceito de alfabetização; e, a ampliação do conceito no campo educacional e além dele, considerando que este é um termo que reverbera na educação desde o final da década de 1980 e com isso, pode-se considerar que as ideias e concepções inerentes a ele influenciam a forma como a educação escolar vem se

estabelecendo.

Para esta pesquisa está sendo realizado um levantamento bibliográfico e análise de livros e textos acadêmicos que contemplem em seu escopo de discussão o objeto investigado, objetivando a compreensão do conceito e as nuances agregadas a ele ao longo dos anos, fundamentalmente no que tange a expansão e as possíveis consequências do uso do conceito de letramento para a educação escolar.

2. ANTES DA CHEGADA DO CONCEITO DE LETRAMENTO E O ENTRELACAMENTO COM A ALFABETIZAÇÃO

Parte das concepções e processos que hoje são atribuídos ao conceito de letramento estava vinculada ao conceito de alfabetização, como, por exemplo, a ideia de leitura e compreensão de significados e as relações entre o uso social e político da leitura e da escrita. O que ocorria, no entanto, era a atribuição de um sentido ampliado, que, como denominava Soares (1985), não cabia no processo de alfabetização, pois se corria o risco da perda da especificidade do que é alfabetizar e de como se alfabetiza.

As implicações apresentadas por Soares sobre este problema, contudo, não se resolviam em consequência da limitação atribuída à inexistência de outro conceito que denominasse plenamente o que estava conferido à alfabetização, principalmente na designação do processo de desenvolvimento de habilidades para os usos sociais da leitura e da escrita.

Nessa época, o mundo experimentava grandes mudanças políticas e econômicas, em que se sobressai o questionamento ao autoritarismo e às desigualdades, mas também, paradoxalmente, a emergência do neoliberalismo. A queda do muro de Berlim é parte significativa no processo de transformação que se iniciava. Na educação, não foi diferente; havia uma nova demanda do capital pela massificação do acesso à educação e ao conhecimento que implicavam diretamente na consolidação de pedagogias, métodos e didáticas que trouxessem engajamento e formação para as novas demandas (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

No Brasil, no cenário social e educacional havia um movimento de ampliação do debate sobre o sujeito enquanto pessoa de direitos, além da valorização do próprio processo de democratização do país e de suas instituições sendo este um efeito consequencial de um período em que houve a suspensão dos direitos civis e de atos antidemocráticos implementados ao longo dos vinte e um anos de ditadura militar.

Existia uma espécie de efervescência científica e intelectual que tinha como um de seus pilares a crítica ao autoritarismo, às sociedades fechadas e, portanto, a afirmação da liberdade, da subjetividade e da participação. Isso trazia implicação direta na ampliação do conceito de alfabetização, já mencionado, e de revisão nos modelos de ensino de língua e na crítica à educação dos métodos tradicionais.

O “terreno” acadêmico estava aparentemente preparado para a incorporação do que estava vinculado a conceitualização de letramento, isso, em função da existência de certo “apelo”, ainda que implícito, por um conceito que designasse o que não cabia na alfabetização, como já visto em Soares (1985), sendo este um dos motivos para a rápida incorporação da transladação de *literacy* para letramento feito por Kato (1986).

O conceito de letramento se relaciona a aprendizagem dos usos sociais da leitura e da escrita e a alfabetização a codificação e decodificação são a partir dessa aparente separação que Soares fundamenta seu método Alfalettar, compreendendo que os processos são interdependentes, e se complementam, no entanto, Ferreiro não acredita dessa forma, a autora elucida que:

Há algum tempo, descobriram no Brasil que se podia usar a expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica. (FERREIRO, 2003, p. 30).

A disputa conceitual implica questões pertinentes à forma como cada corrente teórica e cada autor compreende o que cabe a tradução do conceito partindo de seu entendimento sobre ele, o que não pode ser desconsiderado sobre isso está nas possíveis implicações que concepções e métodos como o conceito de letramento geram para a educação e para a sociedade como um todo.

3. A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO

Conforme o conceito de letramento se entrelaçava com a alfabetização e dominava o debate em torno da leitura e da escrita na sala de aula, ocorria também sua expansão para outros campos do conhecimento. Este feito faz com que incida sobre o conceito significados outros que transcendem até mesmo o uso da leitura e da escrita.

Em levantamento realizado ao longo desta pesquisa foram identificados cerca de sessenta e sete tipos de letramentos, alguns ligados a educação escolar e que inclusive utilizam o nome de disciplinas escolares em sua denominação como ocorre em letramento geográfico e letramento matemático e outros que se distanciam totalmente da escola como, por exemplo, o conceito de letramento funcional em Saúde, sendo este um conceito que implica comportamentos, conhecimentos e aplicações que remete a forma ou ao quanto as pessoas sabem ou não cuidar da própria saúde, seja na prevenção de doenças ou até mesmo na utilização de medicamentos (PASSAMAI et al., 2012, p. 301). Trata-se assim de um conceito operacional e que pouco tem relação com leitura e escrita. O uso do conceito para além da vinculação com leitura e escrita é criticado por Rizzatti (2012) a medida em que a autora considera essas ocorrências indicam impropriedade no uso e na conceituação, por falta de vinculação ao signo escrito.

Em se tratando de ocorrências como letramento matemático, letramento musical etc., a impropriedade parece residir no fato sabido de que se trata de semioses distintas e, nesses universos, ainda que o signo verbal escrito esteja presente, não é prevacente

na constituição dos processos. Assim, parecem louváveis os propósitos que movem o uso do termo nessas instâncias, mas esse comportamento seguramente compromete a precisão do conceito e, ao fazê-lo, incide sobre sua relevância. (RIZATTI, 2012, p. 294)

A autora exemplifica a questão através do letramento digital, sustentando que essa ideia de letramento, assim como de duas outras ocorrências (letramento musical e letramento matemático) não podem se sustentar devido, pois “por sua natureza, configuracional, não se constituem de signos verbais escritos” (RIZATTI, 2012, p. 294).

Para Terra (2013) este fenômeno ocorre por conta da expansão dos estudos e do interesse pelo conceito de letramento, o que, segundo ela tem transformado tal palavra em uma metáfora que vem sendo aplicada, em diversas áreas do conhecimento, para designar diferentes aspectos que estão envolvidos nas práticas da leitura e da escrita, sendo muito comuns o uso de expressões como: ‘letramento digital’, ‘letramento visual’, ‘letramento político’ e assim por diante (TERRA, 2013, p. 32-33).

Quando se fala de letramento enquanto aprendizagem da leitura e da escrita para fazer coisas na vida cotidiana como ler e saber seguir comandos escritos, saber redigir minimamente textos de categorias distintas, como apresenta Soares (2019), dá-se ao conceito certo fechamento, mas quando se lança o seu uso para atividades e área diversas de conhecimento, como, por exemplo, letramento em dança, letramento em música ou letramento cinematográfico e, mais ainda, letramento racial, letramento financeiro e letramento queer, a relação com conhecer e usar a escrita torna-se mera lembrança, tendo o conceito significando qualquer coisa.

Tais considerações, contudo, não vêm apenas para apontar unicamente a problemática expansão do conceito, mas de certo modo, refletir sobre as implicações e consequências do emprego desses letramentos na educação escolar.

4. LETRAMENTO, A EDUCAÇÃO ESCOLAR E ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O letramento reverbera na educação escolar brasileira desde o final da década de 1980 e as concepções que englobam o conceito, de certa forma, influenciam e impactam o modo de ver e fazer a educação escolar. Inclusive, já existiram programas de governo como o Pró Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Pnaic, que possuíam em suas bases teóricas e argumentativas a incorporação, defesa e aplicação de concepções e paradigmas próprios do conceito.

A educação e aqui especificamente a escolar, para a sociedade atual, pode ser entendida como uma ferramenta de condução dos valores e demandas próprias do sistema vigente, desse modo, a formação para o trabalho prevista inclusive na Constituição Federal de 1988 além de ser defendida, é incorporada ao modelo educacional de forma natural. É evidente que as bases de origem do conceito de letramento se aproximam dessa formação, pois um dos objetivos e

até mesmo a conceituação do conceito levam a este entendimento, considerando que seu surgimento e até mesmo sua invenção, como refere Soares (2004), tenha ocorrido por conta das demandas da sociedade por uma formação mais específica no que tange o domínio da leitura e da escrita para saber agir sobre instruções operacionais e voltadas para o avanço das práticas de leitura e escrita nas diversas instituições e lugares da sociedade.

A sustentação de uma concepção de educação e até mesmo um conceito como o letramento que, em sua essência visa o atendimento das demandas pragmáticas e limita a formação ao instrumental apenas coopera para a reprodução e

De fato, quando se fala em novas demandas da escrita, o que se consideram são os usos pragmáticos, em que predomina a ordem da produção material e da reprodução ideológica, a qual se relaciona com dar conta de instruções, receber informações, agir conforme os protocolos de comportamento, assumir os valores ideológicos hegemônicos. (BRITTO, 2007, p. 27-28)

Desse modo, a valorização do saber prático e aplicável quando vinculado ao conceito de letramento e aos letramentos remete à ideia de uma educação escolar subordinada ao trabalho com e ao desenvolvimento das tais habilidades e competências necessárias às ações práticas com reverberações na vida cotidiana dos sujeitos, ressaltando que “uma das consequências mais perversas dessa limitação da validade do conhecimento à sua utilidade na prática cotidiana é a reprodução das desigualdades sociais e dos preconceitos que naturalizam tais desigualdades” (DUARTE, 2010, p. 37).

Está implícito que a subordinação dos conhecimentos escolares as novas demandas sociais que atribuem à educação a necessidade de ensinar o que é prático não concebem a aprendizagem dos conhecimentos mais elaborados e o acesso à arte, à literatura, a filosofia, por exemplo, pois considerando a finalidade prática em que tais conhecimentos não seriam “úteis”. Com isso, além da perpetuação das desigualdades, a defesa da educação voltada às demandas práticas incide fundamentalmente na impossibilidade da transformação da realidade objetiva dos sujeitos. Há que reconhecer, contudo, que

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. (KUENZER, 2002, p. 17).

O conceito de semiformação cunhado por Adorno (2005) define propriamente a relação que se estabelece nos parâmetros dessa educação pragmática, pois o que ocorre é que mesmo com toda informação difundida, sua forma de circulação e incorporação é desigual e, por consequência, historicamente os sujeitos passaram a não deter nível suficiente de apropriação dos objetos da cultura humana, apresentando-se incapazes de produzir a transformação necessária de sua condição.

A questão assumida não implica apenas no uso ou desuso de um conceito em detrimento de outros, ela incide sobre compreender, debater e problematizar a forma como os *letramentos especificados* estão sendo utilizados no debate acadêmico, pois ainda que de forma sutil, eles implicam concepções e paradigmas para a educação escolar e

consequentemente para os sujeitos que recebem esta educação. Com isso, não se está negando que haja na educação espaço para concepções teóricas e conceitos distintos, apenas se sustenta que cabe o questionamento sobre as implicações e possíveis consequências do que se utiliza na educação.

Palavras-chave: Letramento; Educação; Escola;

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria da Semicultura**. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2005.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Escola, ensino de língua, letramento e conhecimento. **Calidoscópico**, Vale do Rio dos Sinos, v. 5, n. 1, p. 24-30, jan-abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5619>

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Ligia; DUARTE, Newton, orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online], São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização e cultura escrita. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 27, p. 27-30, maio 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abril, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>

KATO, Mary. **No Mundo da Escrita: Uma Perspectiva Psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KUENZER, Acacia. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 03-11, 2002.

PASSAMAI, Maria da Penha Baião et al. Letramento funcional em saúde: reflexões e conceitos. **Interface - Comunicação, Saude, Educação**, v.16, n.41, p.301-14, abr.-jun., 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832012000200002&script=sci_abstract&tlng=pt

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. Letramento: uma discussão sobre implicações de fronteiras conceituais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 291-305, jan..-mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a18.pdf>

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. **Caderno de pesquisa**, v. 52, fev. 1985.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n 25, p. 5-17, jan-abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **DELTA**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v29n1/02.pdf>